



GEDES
Grupo de Estudos de
Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 24/2020
Período: 11/07/2020 - 17/07/2020
GEDES – UNESP

- 1- Ministro afirmou que apresentará proposta para fixar o orçamento da Defesa em 2% do PIB
- 2- Gilmar Mendes declara que o Exército estaria se associando a um “genocídio” e gera fricção entre membros do Judiciário e do Executivo
- 3- Vice-presidente Hamilton Mourão reage à declaração de Gilmar Mendes
- 4- Gilmar Mendes rebate a repercussão de suas declarações sobre atuação do Exército na pandemia
- 5- Presidente Jair Bolsonaro afirmou que ministro-interino da Saúde permanecerá na pasta, embora Pazuello indique vontade de retornar a posto no Comando Militar da Amazônia
- 6- Colunas opinativas analisam relação entre o governo e os militares
- 7- Editorial avaliou embates entre ministro do STF e a ala militar do governo Bolsonaro
- 8- Deputada estadunidense busca vetar decisão que torna Brasil aliado preferencial extra-Otan
- 9- Tribunal de Contas da União fez levantamento do número de militares no governo Bolsonaro
- 10- Ministro-chefe da Secretaria de Governo passa para a reserva do Exército Brasileiro
- 11- Nova Política Nacional de Defesa vê riscos no entorno do país por conta da presença chinesa
- 12- Militar do Comando Sul das Forças Armadas dos EUA faz declaração polêmica
- 13- Tribunal de Contas da União mantém bonificações aos militares
- 14- Vice-Presidente Hamilton Mourão avalia possível extensão da GLO ambiental na Amazônia

1- Ministro afirmou que apresentará proposta para fixar o orçamento da Defesa em 2% do PIB

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, afirmou que pretende enviar em breve ao Congresso Nacional um projeto para fixar em 2% do Produto Interno Bruto (PIB) o orçamento do Ministério. Segundo o jornal, a proposta foi apresentada ao vivo

pelo general em um evento virtual do think tank Personalidade em Foco, "ligado a um grupo com forte presença de oficiais da Marinha", e fará parte da nova Estratégia Nacional de Defesa (END). Azevedo e Silva disse que os gastos correntes são de 1,8% do PIB, que ele classificou como não sendo "condizente com a estatura que o Brasil tem de dissuasão e presença", e a proposta de 2% seria, segundo ele, "o necessário para que o Brasil tenha um orçamento de Defesa à altura da política e da estratégia que o Brasil tem". Ainda segundo *O Estado*, o ministro afirmou na videoconferência que as Forças Armadas não são representadas pelos generais da reserva que ocupam cargos no alto escalão do governo federal, nomeados pela imprensa como "ala militar", e que ele seria o seu único representante político, uma vez que é general da ativa. (O Estado de S. Paulo – Política – 11/07/20)

2- Gilmar Mendes declara que o Exército estaria se associando a um "genocídio" e gera fricção entre membros do Judiciário e do Executivo

De acordo com o periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Ferreira Mendes, em videoconferência organizada pela revista IstoÉ e pelo Instituto Brasiliense de Direito Público, no dia 11/07/2020, declarou que o Exército estaria se associando ao "genocídio" promovido pelo governo federal, fazendo referência ao fato do Ministério da Saúde, em plena pandemia do coronavírus, ser dirigido interinamente pelo general da ativa, Eduardo Pazuello, desde o pedido de demissão do ex-ministro Nelson Teich, em 15/05/2020. Segundo *O Estado*, Mendes afirmou: "Isso é péssimo para a imagem das Forças Armadas. É preciso dizer isso de maneira muito clara: o Exército está se associando a esse genocídio, não é razoável. É preciso pôr fim a isso". *O Estado* também noticiou que, ao ser procurado, o Ministério da Defesa declarou que as Forças Armadas possuem atuação direta no combate ao coronavírus, sendo empregados diariamente cerca de 34 mil militares, contingente maior do que a Força Expedicionária Brasileira que lutou na Segunda Grande Guerra. Além de citar a participação do Exército na repatriação de brasileiros que estavam na China, o transporte de pessoas e equipamentos e a assistência à saúde em locais remotos do Brasil. *O Correio* destacou que as declarações do ministro do STF causaram grande repercussão no ambiente político, levando à tona o fato do elevado número de militares em posições chave no Ministério da Saúde. O ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, e os comandantes das forças armadas – general Edson Leal Pujol (Exército), brigadeiro Antônio Carlos Bermudez (Aeronáutica) e o almirante Ilques Barbosa Júnior (Marinha) – anunciaram em nota no dia 14/07/2020 que entrariam com representação na Procuradoria Geral da República (PGR) contra as declarações do magistrado, considerando-as "completamente afastadas dos fatos" e que "causam indignação". *O Estado* apontou que a reação dos militares se relacionou com o "medo de serem alvo de investigação por genocídio de povos indígenas em razão da acusação de inação do governo federal diante da pandemia de covid-19". Segundo o *Correio*, após a nota da Defesa, o ministro Dias Toffoli, presidente do STF, passou a atuar nos bastidores como intermediador entre o Judiciário e os militares, contatando os ministros Azevedo e Luiz Eduardo Ramos, da Secretaria de Governo, para apaziguar os ânimos e contornar a atual escalada da tensão entre a Defesa e o STF. Toffoli esclareceu que a opinião de

um dos componentes do STF não representa a corte como um todo, e que o Supremo atua ativamente para amenizar os efeitos da crise do COVID-19 no Brasil. Mesmo assim, o *Correio* informou que integrantes da cúpula militar aguardavam pedido de desculpas por parte de Gilmar Mendes. O general Augusto Heleno, ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), descreveu as falas do magistrado como “injusta agressão”, se solidarizando ao Ministro da Defesa e às forças armadas. De acordo com *O Estado*, a representação da Defesa na PGR contra as declarações de Gilmar Mendes gerou pressão sobre o destino de Pazuello e a crise na Saúde. O jornal apontou que o ministro interino deveria ir para a reserva caso houvesse intenção do presidente da República, Jair Bolsonaro, de efetivá-lo na pasta. Do contrário, o *Estado* aventou que Pazuello se manteria na ativa e deixaria o Ministério na Saúde. O jornal destacou a gravidade da crise instaurada entre os poderes, uma vez que, na representação à PGR, o Ministério da Defesa fez uso de trechos da Lei de Segurança Nacional e do Código Penal Militar que podem ser aplicados a civis. A nota do Ministério da Defesa afirma que “genocídio é definido por lei como ‘a intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, étnico, racial ou religioso’” e que “Trata-se de um crime gravíssimo, tanto no âmbito nacional, como na Justiça internacional, o que, naturalmente, é de pleno conhecimento de um jurista”. (*Correio Braziliense* – Política – 14/07/20; *Folha de S. Paulo* – Poder – 13/07/20; *O Estado de S. Paulo* – Política – 12/07/20; *O Estado de S. Paulo* – Política – 13/07/20; *O Estado de S. Paulo* – Política – 14/07/20)

3- Vice-presidente Hamilton Mourão reage à declaração de Gilmar Mendes

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o vice-presidente da República, Antônio Hamilton Martins Mourão, criticou a declaração do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Ferreira Mendes, em 11/07/2020, de que o Exército estaria se associando a um “genocídio”, em razão das medidas tomadas na área da Saúde para o combate da pandemia do coronavírus. Em entrevista para o canal de televisão CNN Brasil, Mourão concordou com chefes das forças armadas e ministros da ala militar do governo que esperam uma retratação de Mendes: “Se tiver grandeza moral, tem de se retratar.” O vice-presidente também criticou o fato do magistrado ter para si que há uma clara interferência das forças armadas no Ministério da Saúde, especialmente quando declarou que isso está levando a um genocídio. “Não vejo como interferência. Vi o cidadão Gilmar Mendes fazendo uma crítica totalmente fora de propósito ao comparar o que ocorre no Brasil com o genocídio. O genocídio foi cometido por Stalin, contra as minorias russas. Foi cometido por Hitler contra os judeus [...] Agora, o ministro, acho que ele exagerou demais no que ele falou”. Mourão também disse que mudanças ministeriais cabem ao presidente da República, Jair Bolsonaro, e não à Mendes. (*Correio Braziliense* – Política – 14/07/20; *Folha de S. Paulo* – Poder – 14/07/20; *O Estado de S. Paulo* – Política – 14/07/20)

4- Gilmar Mendes rebate a repercussão de suas declarações sobre atuação do Exército na pandemia

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Ferreira Mendes afirmou que não feriu a honra das Forças

Armadas ao declarar, no dia 11/07/2020, que o Exército estaria se associando a um “genocídio”. Segundo ele, o contexto da fala revela sua preocupação com o estado atual do país diante da pandemia do coronavírus e, mesmo analisando o cenário com cautela, afirmou que as Forças Armadas estão cumprindo função avessa a seu devido papel como instituição estatal. O ministro do STF se referia ao fato do Ministério da Saúde ser conduzido interinamente por um general da ativa, Eduardo Pazuello. Em coluna para o jornal *Folha de S. Paulo*, o jornalista Elio Gaspari concordou com as falas do magistrado, tecendo duras críticas ao governo de Jair Bolsonaro, especialmente em relação à forma como o Ministério da Saúde vem sendo administrado, além das constantes mudanças de ministro. Por último, Gaspari comparou a represália por parte do Exército contra o discurso de Gilmar Mendes à formulação do Ato Institucional 5 (AI-5), fruto da manipulação de um discurso do deputado Márcio Moreira na época do regime militar (1964-1985). Segundo o jornalista, quem encabeçou tais anseios conspiracionistas ao discurso do deputado foi o general Jayme Portella de Mello, responsável pelo pedido à Câmara dos Deputados para que o governo pudesse processar Moreira. Com o pedido negado, o marechal Costa e Silva, na época presidente do Brasil, baixou o AI-5 no dia seguinte, 12 de dezembro de 1968. (Correio Braziliense – Política – 14/07/20; Folha de S. Paulo – Poder – 14/07/20)

5- Presidente Jair Bolsonaro afirmou que ministro-interino da Saúde permanecerá na pasta, embora Pazuello indique vontade de retornar a posto no Comando Militar da Amazônia

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o presidente da República, Jair Bolsonaro, em videoconferência no dia 16/07/2020 refutou as críticas em relação ao Ministério da Saúde ser chefiado pelo general Eduardo Pazuello e afirmou que o ministro interino é um “predestinado” e “motivo de orgulho para o Exército”. Segundo Bolsonaro, o Ministério da Saúde necessita mais de um gestor do que de um médico. O jornal também afirmou que, de acordo com Bolsonaro, os militares não são proibidos de atuar na política e nem de exercerem funções ministeriais. Por outro lado, segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, o general Eduardo Pazuello demonstrou vontade de retornar ao seu antigo posto no Comando Militar da Amazônia (CMA), uma vez que o militar não tem intenções de ir para a reserva e se manter no cargo da Saúde. Ainda de acordo com o periódico, “ao aceitar a ‘missão’ [...] ficou acertado com o presidente que ele [Pazuello] e seu grupo ficariam entre 90 e 100 dias no governo”. Porém, outro general já foi designado para ocupar o posto de Pazuello no CMA. (Folha de S. Paulo – Poder – 17/07/20; O Estado de S. Paulo - Política - 17/07/20)

6- Colunas opinativas analisam relação entre o governo e os militares

Em coluna opinativa para o periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Reinaldo Azevedo comentou a relação entre o governo e os militares. Segundo Azevedo, os militares saíram da caserna para “colonizar” o governo e muitos acreditaram, erroneamente, que eles seriam capazes de contar a “criatividade destruidora” do presidente Jair Bolsonaro. Azevedo relembrou a declaração do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), de que “o Exército ‘se associa’, verbo empregado pelo ministro, à tragédia porque à frente da Saúde está um general da ativa”, escreveu Azevedo. Por fim, o jornalista declarou: “voltem para

os quartéis e peçam desculpas aos brasileiros e às respectivas tropas”. Também em coluna para a *Folha*, a professora Gabriela Prioli avaliou que a fricção gerada pela declaração de Mendes revela um contexto mais amplo no qual os militares, permanecendo alinhados com Bolsonaro, assumiram o risco de se misturarem aos erros desse governo. Além disso, “Confiaram [os militares] demais na própria capacidade de controlar o capitão [Bolsonaro] e esqueceram de cogitar que poderia haver ataques perpetrados por outros tripulantes”. (Folha de S. Paulo - Coluna e blogs - 16/07/20; Folha de S. Paulo - Coluna e blogs - 17/07/20)

7- Editorial avaliou embates entre ministro do STF e a ala militar do governo Bolsonaro

Em editorial, o jornal *Folha de S. Paulo* avaliou que os embates entre o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, e a chamada ala militar do governo do presidente Jair Bolsonaro escancararam “o absurdo de um Ministério da Saúde sob comando interino e fardado”, em referência à nomeação provisória do general Eduardo Pazuello para a pasta, no momento em que o Brasil enfrenta a pandemia do coronavírus. Ao classificar as declarações de Mendes como “inapropriadas”, o editorial lembrou que não é incomum membros do STF manifestarem-se politicamente e pontuou o histórico de fricções entre a corte brasileira e o governo Bolsonaro. Porém, o jornal interpretou que, se os militares não tivessem um “problema insolúvel” na área da Saúde, possivelmente não reagiriam com tamanha intensidade, adjetivada como “exagerada”. Na avaliação da *Folha*, o Brasil é “um exemplo internacional de fracasso no enfrentamento do coronavírus, e os números de novos casos e mortes não dão sinal de trégua” e, diante disso, questionou se haveria condições de Bolsonaro atrair para o Ministério da Saúde um profissional qualificado. Por fim, o jornal pontuou que a pasta foi convertida “em sucursal da caserna” e que “não tem lugar em nenhum conceito de normalidade”. (Folha de S. Paulo – Poder – 16/07/20)

8- Deputada estadunidense busca vetar decisão que torna Brasil aliado preferencial extra-Otan

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, a deputada estadunidense do Partido Democrata, Deb Haaland, busca apoio na Câmara dos EUA para retirar a designação do Brasil como aliado preferencial extra-Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). A democrata afirmou que o governo de Jair Bolsonaro está deixando “embaçada” a linha de separação da parte civil e militar, colocando o Brasil “de volta para a direção de uma ordem militar”. Haaland ainda recordou que Bolsonaro elogiou publicamente um torturador do regime militar (1964-1985), colocou militares no alto escalão do governo e comemorou o aniversário do golpe militar de 1964. De acordo com o *Estado*, a deputada declarou que os EUA não deveriam se alinhar com um líder que “coloca sua população em risco, destrói o meio ambiente e viola os direitos humanos” e, portanto, que pretende bloquear qualquer privilégio econômico e militar que o Brasil possa ter com a designação de aliado preferencial extra-Otan. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 13/07/20)

9- Tribunal de Contas da União fez levantamento do número de militares no governo Bolsonaro

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o Tribunal de Contas da União (TCU) fez um levantamento do número de militares no governo de Jair Bolsonaro que constatou 6.157 militares, da ativa e da reserva, ocupando cargos civis. De acordo com o jornal, comparado com o dado de 2016, são 3.200 militares a mais. Além disso, apenas “no governo de Jair Bolsonaro, o número de militares em cargos civis subiu 122,6% em relação ao de 2018, quando somavam 2.765”. O TCU destacou o aumento dos militares por conta da contratação “por tempo determinado para trabalharem [os militares] no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS)”, afirmou o periódico. Outro destaque do levantamento foi o cargo duplo dos militares “setenta e dois militares acumulam diversos cargos na administração pública”. (*Correio Braziliense – Economia – 17/07/20*)

10- Ministro-chefe da Secretaria de Governo passa para a reserva do Exército Brasileiro

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o general Luiz Eduardo Ramos, ministro-chefe da Secretaria de Governo, passou para a reserva militar. No mês passado, o general já havia assinalado intenções da sua ida à reserva após incômodos nas Forças Armadas. “Nas Forças Armadas, a permanência do general na ativa já era vista com incômodo por estabelecer uma relação direta entre a instituição e o governo”, afirmou o periódico. (*Folha de S. Paulo - Poder - 17/07/20*)

11- Nova Política Nacional de Defesa vê riscos no entorno do país por conta da presença chinesa

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o texto da nova Política Nacional de Defesa, que será enviado para discussão pelo Congresso Nacional nos próximos dias, vê riscos no entorno do Brasil e América do Sul, pelo fato da presença chinesa. “A presença da China na América do Sul, uma preocupação frequente dos Estados Unidos, entrou oficialmente no radar militar brasileiro. O risco de um confronto armado na região, também”, destacou o periódico. Craig Faller, chefe do Comando Sul das Forças Armadas dos EUA, falou que a China “abriu uma ‘armadilha econômica’”, isso porque “os chineses já colocaram, [...], US\$ 180 bilhões em programas de infraestrutura de países da região”. (*Folha de S. Paulo – Mundo – 17/07/20*)

12- Militar do Comando Sul das Forças Armadas dos EUA faz declaração polêmica

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o comandante do Comando Sul das Forças Armadas dos EUA, almirante Craig Faller, elogiou a Donald Trump o trabalho do brigadeiro do ar David Almeida Alcoforado, representante brasileiro alocado no órgão e declarou que: “os brasileiros estão pagando para ele vir para cá e trabalhar para mim”. Faller também se referiu neste tom ao trabalho de um militar colombiano no Comando Sul. Segundo o periódico, ambos foram “chamados de ‘vencedores’ e comparados a ‘melhores jogadores’ trazidos para um time”, embora a situação esteja circulando “furiosamente entre militares e

diplomatas” brasileiros que discordam da forma como os EUA tratam seus aliados, “particularmente o governo de Jair Bolsonaro, que prega o alinhamento automático e que tem em Trump um ídolo político”, conforme publicado pela *Folha*. O jornal também destacou que a declaração de Faller evidencia que o governo dos EUA faz com que os países aliados paguem pela cooperação militar, pois o Comando Sul é um órgão de cooperação entre os países. A *Folha* não conseguiu contato com o brigadeiro do ar David Almeida Alcoforado, mas seu antecessor no órgão, o general de brigada Alcides Valeriano de Faria Júnior, “negou haver subordinação automática a ordens americanas”. (Folha de S. Paulo – Mundo – 17/07/20)

13- Tribunal de Contas da União mantém bonificações aos militares

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, o Tribunal de Contas da União (TCU) resolveu, mesmo no período de pandemia e crise econômica, “manter o aumento de um ‘penduricalho’ a militares das Forças Armadas”. O jornal se referia à negativa do TCU a um pedido do Ministério Público de Contas para suspender um reajuste previsto no complemento dos salários dos militares, o adicional de habitação. Com a decisão, o impacto econômico “previsto em 2020 é de R\$ 1,3 bilhão e somará R\$ 26 bilhões em cinco anos”. O Estado noticiou que o ministro relator do caso, Augusto Sherman, apontou que “o pagamento do adicional de habitação não é ilegal nem é ‘agrado’, pois se trata de direito regularmente previsto em lei”. (O Estado de S. Paulo - 17/07/20)

14- Vice-Presidente Hamilton Mourão avalia possível extensão da GLO ambiental na Amazônia

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, que preside o Conselho Nacional da Amazônia Legal, declarou que o governo será avaliado pelas ações não pelas intenções sobre proteção daquele ecossistema. Porém, o jornal pontuou que a reunião do colegiado não resultou em nenhuma medida concreta para a preservação da floresta. Mourão declarou que a operação de garantia da lei e da ordem (GLO) atualmente vigente na região amazônica – que atribui às forças armadas poder de polícia no combate a crimes ambientais – pode ser prorrogada até o final deste ano. No entanto, ele avaliou que a continuidade da GLO pode não ficar a cargo dos militares, indicando uma “recuperação da capacidade operacional de órgãos de fiscalização, como Ibama, ICMBio, Incra e Funai”. Segundo a *Folha*, o vice-presidente anunciou que, a partir do próximo ano, o Brasil poderá lançar mais um satélite para monitoramento de crimes ambientais, que será um esforço adicional ao chamado Deter Intenso, um sistema de monitoramento de desmatamento em atividade desde fevereiro de 2020. (Folha de S. Paulo – Ambiente – 16/07/20)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Cristiano Manhães (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Guilherme Evaristo Rodrigues Macieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Henrique Zavaliski Mano (Redator, graduando em Relações Internacionais); Julia Ribeiro Dos Santos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Larissa Barroso Cangerana (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Léa Briese Staschower (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Leonardo Pontes Vinho (Redator, graduando em Relações Internacionais); Victória Balmat Silva Neto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).